



Bush: uma esperança para o Brasil.

Mas a saída para nossos problemas ainda está nas mãos de Bush

O novo governo americano deve encontrar a solução política para a dívida. Essa é a opinião até de políticos dos EUA.

A América Latina entrou no círculo vicioso das dívidas externas desde os anos 70, segundo artigo de Sarah Bartlett no *New York Times*. Hoje, muitos dizem, na América Latina e no Congresso dos Estados Unidos, que é preciso encontrar um jeito de romper o círculo — e que, de uma forma ou de outra, a fórmula deve abranger a redução do total dos débitos para se atingir metas mais amplas de estabilidade política e desenvolvimento econômico.

A crise das dívidas teve suas origens logo após o choque da alta dos preços do petróleo em 1973, quando muitos países em desenvolvimento precisavam de moeda estrangeira para manter seus níveis de importação do produto. Alguns também embarcaram em ambiciosos projetos de industrialização que requeriam novos financiamentos.

A necessidade de mais dinheiro, em montante maior que o que se podia levantar através da poupança interna, coincidiu com o período em que os bancos internacionais estavam repletos de recursos. De 1973 a 1983, os empréstimos de bancos internacionais aumentaram dez vezes, de US\$ 35 bilhões para US\$ 350 bilhões.

Com a disponibilidade fácil de crédito, a disciplina dos fornecedores e dos to-

madores de empréstimo se desagregou. No final das contas, a maior parte das dívidas contraídas nos anos 70 não serviu para construir indústrias, comprar novos equipamentos — esforços que teriam dado apoio a novas atividades econômicas e gerado renda para ir liquidando os débitos externos.

Uma parte foi dilapidada por governos militares e por seus partidários corruptos. Uma parte serviu para cobrir déficits do balanço de pagamentos causados por políticas econômicas mal concebidas. Deixou-se que as moedas de cada país ficasse cota-das acima do valor real, permitindo que as elites locais, “ligadas” em bens importados, conservassem seus hábitos de compra.

Parte do influxo de dinheiro estrangeiro simplesmente compensou a evasão de capital, o êxodo da poupança interna. Bilhões de cruzeiros e de pesos foram convertidos em dólares e mandados para contas bancárias em Miami, Genebra e Nova York. A J.P. Morgan & Co. calcula que, até 1982, cerca de US\$ 87 bilhões de capital brasileiro, argentino e mexicano estavam rendendo juros em contas bancárias no Exterior.

Em 1982, o jogo estava encerrado.

Paul A. Volcker, presidente do Federal Reserve Board (o Banco Central dos EUA),

Plano Primavera, dentro do razoável.

O Plano Primavera previa inflação de janeiro em 4%, na Argentina, mas as primeiras estimativas oficiais falam em 6,5%, índice considerado dentro dos limites de governabilidade do país.

México quer mais US\$ 42 bilhões de empréstimo

O México pediu ao Banco Mundial e ao Tesouro dos EUA empréstimos de US\$ 42 bilhões para os próximos seis anos. A Venezuela também está negociando novos empréstimos com o FMI e o Bird.

maiores devedores: Brasil, México e Argentina. Novos empréstimos ajudam-nos a manter os pagamentos em dia. Mas no geral não tem sobrado dinheiro que dê para fazer novos investimentos que ajudariam suas economias a crescer mais rápido.

Seis anos depois do início do processo da contenção da crise, o sistema bancário internacional está muito mais saudável — ao contrário de muitos países devedores. A indagação que o Congresso dos EUA e o governo do próximo presidente George Bush terão de enfrentar é: chegou a hora de admitir, ou mesmo de obrigar, um maior alívio para os países devedores?

Bush anunciou a intenção de reexaminar a política norte-americana para com a dívida — a política expressa pelo ex-secretário do Tesouro, James Baker, que destacava a vinculação de novos empréstimos a mudanças nos países devedores, capazes de aumentar o papel das forças de mercado na economia.

Se o governo dos EUA endossar o alívio da dívida, estará dando uma guinada no Plano Baker e assinalando que reconhece os limites das políticas seguidas até agora. Mas muitos analistas de dívida externa acreditam que os riscos políticos da inação tornaram-se enormes.

Na época, se os bancos tivessem sido obrigados a declarar tais empréstimos como casos perdidos, alguns teriam sofrido danos irreparáveis, que ameaçariam a estabilidade do sistema financeiro internacional.

Para abrandar a crise, os credores iniciaram o ritual quase anual da renegociação de empréstimos, condicionada a mudanças econômicas como as medidas de austeridade. Pouco a pouco, os bancos ampliaram os prazos dos empréstimos, dos cerca de sete anos para até 20 anos e, no último quinquênio, reduziram as taxas de juros.

Os efeitos de tais providências podem ser vistos no que aconteceu aos três